

BELO HORIZONTE EM TRÊS TEMPOS: PROJETOS EM PERSPECTIVA COMPARADA

Andréa Casa Nova Maia, Doutora em História Social da Cultura, PUC-Minas e UFJF
Valnei Pereira - Mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/ UFRJ) e Doutorando
em Arquitetura e Urbanismo (FAU/ USP), PUC-Minas

Resumo

Três histórias, três geografias, três mutações. Um único modelo? A história como uma mítica reproduz novos modelos de cidade aparentemente seduzidos pelo “modernismo”. Afinal, a racionalidade e os desideratos de uma nova urbe, assim anunciavam e ansiavam pelos ideais do progresso e da ordem quando da fundação de Belo Horizonte. Mas faltavam linguagens arquiteturais e mais objetos eminentemente modernos. E cinquenta anos depois JK os evidencia nos seus projetos para a Pampulha, semente e ensaio de Brasília. E agora, outro governante e outra mutação. Ainda moderna? O político é outro, os tempos também, mas o arquiteto e sua expressão ainda são forte emblema. O artigo reflete sobre as mutações urbanas em Belo Horizonte buscando elos históricos para refletir sobre a cidade moderna e contemporânea, num momento em que estas transformações da cidade apresentam fortes associações com a ação política. Correndo o risco de uma leitura anacrônica, a análise demonstra como estas mudanças alteram os significados da experiência urbana, conduzindo para uma produção ampliada do esquecimento.

Palavras Chaves: Mutações Urbanas - Belo Horizonte – História comparada

Abstract

Three histories, three geographies, three mutations. An only model? History as a myth that reproduces new models of cities, but in true, just new versions of an old modernistic project. After all, the rationality and desire of a new urbe are expressed in the foundation of Belo Horizonte city, together with the idea of progress and space order. But the first project for the city was missing the really modern architectural languages and more eminently modern buildings. And fifty years later, JK evidences the modernism in those projects for Pampulha, the assay for Brasilia construction. And now, another project, another mutation. Modern? The politician is another one, the times also, but the architect and its expression still are strong

emblem. The article reflects on the urban mutations in Belo Horizonte searching historical links to discuss about the modern and contemporary city, at a moment where these transformations of the city present forts associations with the politician's actions. Running the risk of an anachronistic reading, the analysis try to demonstrate how these changes modify the meanings of the urban experience, leading for an extended production of the forget.

Key-Word: urban mutations – Belo Horizonte – comparative History

1. Espacialidades transgredidas: por uma historicização das mutações urbanas

Demolições e novas construções... Andar hoje pela cidade de Belo Horizonte é trafegar por desvios e caminhos em obras, que faz dialogar objetos do passado com novas construções. Remetemos aqui ao *Angelus Novus*, pintado por Paul Klee, ainda hoje o anjo da história. Walter Benjamin, em suas teses “Sobre o conceito de História”, recupera-o e perante as imagens produzidas pela modernidade tardia brasileira, também nos vemos impelidos a trazê-lo para alçar vôos pelos espaços periféricos e em constituição de Belo Horizonte.

As asas do anjo da história são impelidas pelo vento do oeste a mudar o anjo de rumo, mas seu olhar busca fixar o cenário em ruínas... E, ao passar pelas casas e outros antigos espaços de socialização que são destruídos para a construção de mais uma avenida, seus olhos se escancaram, sua boca dilata-se, suas asas abertas testemunham o que seus olhos vêem. “*Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés*”. Do passado, uma catástrofe única: o desencantamento do mundo, a busca do novo, de trazer para o Brasil a propalada “civilização”, o progresso. Mas o anjo da história “*gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos*”. O anjo da história talvez quisesse ter a chance de construir uma grande colcha que, de retalhos do tempo, juntasse cada lembrança de vida, re-compusesse a história. “*Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira às costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso.*” (BENJAMIN, 1985).

Esse imaginário do progresso continua presente nos discursos e práticas políticas dos governantes e de seus projetos de intervenção urbana no século XXI. As representações procuram objetos para significar a tempestade do novo. Progresso passa a ser sinônimo de asfalto, telefone celular, computadores em escolas públicas, tecnologias das mais variadas e

identidades descentradas que só se fundam no consumo de mercadorias produzidas no mundo globalizado, cada vez mais mimético e excludente.

No Ocidente, a idéia de progresso está intimamente ligada ao conceito de modernidade, que continua sempre negando o passado, buscando o esquecimento e a reificação do novo. Portanto, ela pode ser pensada como um conceito transepocal, que *“se refere ao estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”*, como aponta Anthony Giddens (GIDDENS, 2001). Partindo dessa definição, é arriscado perder-se facilmente no *continuum* da História ocidental, tendo em vista que a modernidade pode ser pensada, já dizia Habermas, como um projeto inacabado, que engendra rupturas e continuidades até o tempo-presente. A modernidade é aquela da razão esclarecida, do desencantamento do mundo, da ciência X mito, do tempo do relógio Big Ben X o tempo da Igreja, do badalar dos sinos, do tempo passível de expropriação, do tempo do gesto destruidor.

O moderno, do século XVI ao XXI, continua trazendo consigo alguns lemas fundamentais e paradoxos extremos: razão e esclarecimento, democracia e cidadania, ordem e progresso, evolução e racionalização, reforma e revolução... Mas os “lemas” da modernidade envolvem não só dilemas e enigmas, mas também “antinomias”. Os processos envolvidos no desencantamento do mundo continuam se desenvolvendo. São continuamente lançados em outros termos e em outros contextos, assim como se recriam em suas linhas mestras enquanto enigmas ou antinomias. São os desdobramentos do viver em um mundo capitalista, onde ainda *“tudo que é sólido desmancha no ar”*: *“isso significa que nosso passado, qualquer que tenha sido, foi um passado em processo de desintegração; ansiamos por capturá-lo, mas ele é impalpável e esquivo; procuramos por algo sólido em que nos amparar, apenas para nos surpreendermos a abraçar fantasmas”* (BERMAN, 316). Ao se referir ao modernismo dos anos 70 a astuta análise de Berman já dizia, e acreditamos que sua análise continua a valer, que *“o modernismo é uma era com fantasmas”*. Fantasmas de memórias que rapidamente se liquefazem ao perderem seus lastros materiais e suas referências epocais.

As racionalidades, que orientam as práticas urbanas neste novo século, constituem assim desafio e campo fecundo sobre o passado e o futuro das nossas cidades. As novas tendências do planejamento urbano e do urbanismo contemporâneo orientam-se pela reprodução de modelos e experiências anacrônicas que nos remetem à perpetuação de práticas historicamente esgotadas e excludentes protagonizadas incessantemente em metrópoles por atualizações e mutações culturais rápidas. Trata-se de um “novo velho projeto”. Aliás, um novo discurso que altera a memória e os significados das práticas de renovação urbana numa

produção ampliada do esquecimento. Lidas assim, as intervenções urbanas ajudam-nos a compreender os novos modelos de cidade em sua sedução e perpetuação por práticas totalizantes, em *capitais culturais* da pós-modernidade, delirantes e espetacularizadas pelo *cultural turn* da cidade empreendedora entre a tabula rasa e a preservação. Mas o retorno poderia também apontar para possibilidades:

“para além, seria, assim, uma das direções para o urbanismo no século XXI: para além da recuperação dos procedimentos modernos, do rompimento com o passado, para além mesmo da noção de passado e futuro. Para além das cidades fortificadas, das disneylândias, da cidade genérica, do ceticismo e niilismo que rondam a produção urbana, para além da impotência e da onipotência, das práticas limitadoras, da submissão a ordens inibidoras, sempre em busca de entendimentos e percepções que possam abrir espaço para a vida e para a criação” (MOREIRA 2004: 135).

Nossa análise orienta-se também nesta direção, ao referenciar-se pela reflexão de processos, modelos, projetos e discursos localizados em paisagens e imagens da cidade, retóricas do *marketing* urbano e político, emblematizadas em um conjunto de recentes e significativas intervenções em processo na Belo Horizonte contemporânea. Esses conjuntos de obras referem-se a processos como a requalificação do Centro Histórico tradicional; a polêmica transferência da sede administrativa do Estado para uma nova centralidade *a la* Niemeyer; a patrimonialização da atual sede administrativa em espaços culturais e novas conexões rodoviárias que pretendem transformar o vetor Centro-Aeroporto Internacional de Confins no maior corredor de novos negócios aero-industriais do país, a chamada Linha Verde. Estes processos urbanos desenham uma geografia cultural e de poder ressignificadora para Belo Horizonte, que ancorada numa sucessão mítica entre o plano e a política, parecem atualizar os outrora simbólicos Plano Original da Nova Capital, de Aarão Reis, de 1897 e Plano da Pampulha, de Juscelino Kubitscheck de 1943. Os Planos da Linha Verde e da Transferência do Governo Estadual de Aécio Neves, de 2007, mimetizam essas experiências, às expensas dos seus altos custos sociais, das suas imposições antidemocráticas e dos novos sentidos que produzem sobre o viver urbano.

Estas mutações urbanas não só alteram as centralidades históricas da cidade como transgridem os sentidos de apropriação e significação sociais, numa produção ampliada do esquecimento, como uma espécie de seletividade espacial e histórica como, a seguir, será evidenciada. A seleção dos recortes históricos e da sua relação com as transformações urbanas não nega continuidades e rupturas inerentes ao movimento do tempo-espço, mas privilegia recortes como categorias de análise para repensar essas aparentemente “novas” fórmulas de reprodução e perpetuação de modelos e padrões esgotados.

É inegável a força e a importância das linguagens arquiteturais como instituintes de visões do mundo, movimentos muito ligados às vanguardas. Neste sentido, não banalizamos a importância e o papel da arquitetura como campo social e estético e, neste sentido, vários conteúdos do modernismo presentes nas vanguardas: *“os movimentos das vanguardas que se afirmam construtivas, proclamando-as programaticamente refratárias às idiosincrasias e aos desbordamentos sentimentais, aclamam-nas solidárias e coetâneas ao advento do Novo Mundo (Neue Welt)”* (AZEVEDO, 2005: 35). E é na cidade, capital do novo Estado-Nacional moderno, que as transformações sociais são conduzidas, como num processo de ocidentalização do mundo, em que se reinventam e constituem as condições para sua racionalização e a gênese para o surgimento de um novo homem e um novo mundo, urbano: *“a Paris da Grande Revolução não é apenas a capital da França, mas a capital do Universo, dos Direitos do Homem, a Cosmópolis”* (AZEVEDO, 2005: 10).

Se na cidade moderna estas condições são inventadas, é na cidade contemporânea que estas parecem se reinventar, superpondo à paisagem urbana substituições e acréscimos que repercutem sobre representações e imaginários acerca da experiência social/ individual. Neste sentido, selecionam-se espaços orientados, e orientadores, de novas centralidades, redefinindo os sentidos dos lugares e (re)inventando práticas e apropriações, muitas vezes às expensas do que as vanguardas situavam e dado o poder político e ideológico destas transformações, levavam a uma pastichização social ao selecionarem não o novo homem, mas o “tipo ideal” de sujeito que se deseja, afastando das considerações múltiplos e complexos conteúdos que movem os fluxos culturais locais/ internacionais. Referenciados por estas intervenções, na atualidade, atores hegemônicos nas cidades passaram a desenvolver projetos em que, a exemplo das ideias do fenômeno urbano, estiveram igualmente idealizadas, e estandarizadas, as ações, referenciadas no chamado Planejamento Urbano Estratégico, a partir do qual, na aproximação governo-negócio (COMPANS, 2004) fazem-se vigorar novos padrões de competitividade internacional por investimentos, adequando paisagens urbanas, sintetizando seus significados e espetacularizando imagens numa cultura visual *kitsch*, naquilo que HARVEY (1994: 92) muito bem assinala *“[...] dar determinada imagem à cidade através da organização de espaços urbanos espetaculares se tornou um meio de atrair capital e pessoas (do tipo certo) num período (que começou em 1973) de competição interurbana e de empreedimentismo intensificados”*. Estas intervenções foram protagonizadas quando das reformas urbanas modernas que antecederam por uma vanguarda urbanística produziram efeitos para além das cidades capitais, mas para o mundo como num modelo, numa moda de transformação física e social das cidades:

“as capitais, às quais é também conferida a incumbência de representar a relevância do poder nelas sediada, recebem intervenções urbanísticas pontuais de modo a que esses lugares, materializando-os, reflitam e reverberem, pelo seu concerto de elementos representativos e simbólicos, os propalados lustre e dignidade das instituições que albergam” (AZEVEDO, 2005: 2).

Na atualidade, ou neste fim de século, este fenômeno parece ser retomado com lógicas atualizadas historicamente e com novas imbricações geográficas a partir das experiências internacionais, sobretudo as vendidas como bem sucedidas, como os emblemáticos casos das renovações dos *Water-fronts* de *Maremagnum* de Barcelona, *Guggenheim* de Bilbao, Docklands de Londres; *Kop von Zuid* em Roterdã; *Pier* São Francisco, *Harbor Place* de Baltimore e *South Street Seaport* de Nova York, só pra citar alguns exemplos, têm se repetido em outros contextos geográficos, se ajustando aos espaços locais e suas identidades culturais. Economicamente, as metrópoles, sobretudo as chamadas *Global Cities*, têm sido o loci para a emergência de nova expressão econômica, baseada nos serviços especializados, praças financeiras e novas opções de cultura, lazer e entretenimento, reinventando e aprofundando especializações histórico-culturais, nos quais a cultura e a economia terciária travestem-se por um culturalismo de mercado (SOJA, 1989; FONTENELLE, 2002; VAZ, 2001). Entendidos nesta lógica, discursos e retóricas, igualmente mediados por uma lógica estética, forjam a construção de consensos e adesões, acionados por sofisticados e complexos híbridos de referências econômicas e culturais (materiais e simbólicas), nos quais novas estéticas e discursos, igualmente sofisticados, antenados com tendências globais, repercutem sobre o local, alterando memórias e projetos políticos (PEREIRA, 2004). Novos fluxos e novas condições são protagonizadas como no anacronismo urbano entre o indivíduo, ou o processo de individuação, e a sociabilidade, ao invés da socialização:

“na metrópole transvertem-se, quer na fisionomia, quer a fisiologia urbanas. O marcante ali é a multidão, o choc em meio à refrega do tráfego. Na moção multitudinária, as individualidades se dissolvem na viscosidade do fluxo humano, e as personalidades são diluídas no manadío ruidoso, embora calado, dos deslocamentos” (AZEVEDO, 2005: 12).

2. Cidade Porosa – 110 anos inventando Belo Horizonte

A Belo Horizonte, planejada há 110 anos, não existe mais, porém os modelos adotados pelas intervenções urbanas contemporâneas parecem evocar a cidade de Aarão Reis. Belo Horizonte, cidade do eterno novo. Eterna nova capital de Minas Gerais... Há um texto clássico de Marx, o 18 Brumário de Luis Bonaparte, talvez seu único texto de História propriamente

dita, onde ele narra os acontecimentos que levaram o sobrinho de Napoleão a tornar-se Imperador da França... Aquele mesmo personagem que governou a França durante as reformas urbanas de Haussmann na Paris do século XIX. Embora Marx não discuta nenhum aspecto da reforma urbana parisiense sob o Segundo Império, ele inicia sua obra com uma frase que parece se encaixar como uma luva na análise que ora pretendemos fazer sobre uma cidade que está completando cento e dez anos de vida, e cujos constantes projetos de intervenção têm, em larga medida, repetido uma mesma, e insistente, fórmula de “cidade ideal”. A cidade onde a busca do novo, do progresso, atitude típica da modernidade, continua apresentando-se como discurso dos governantes, que continuam repetindo a velha fórmula da República positivista que inaugurou Belo Horizonte como cidade planejada para ser a nova capital das Minas e das Gerais, substituindo Ouro Preto, ainda no final do século XIX. A frase de Marx que nos vem à mente é a seguinte: “*Hegel observava em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa*” (MARX, 1978: 17). Este será o argumento central sobre o qual apresentaremos nossa visão de Belo Horizonte, embora percebamos que mesmo na repetição há instauração do novo, pois os projetos sempre buscam solucionar problemas do presente, numa cidade onde “*tudo parece que é ainda construção e já é ruína*”, como canta Caetano se referindo ao nosso país dentro da Nova Ordem Mundial. Modelos de construção de cidade, de remodelação continuam a ser importados, cidades-espelho de Próspero, idéias vindas de fora, mas que aqui se apresentam “fora de lugar”, não conseguem conceber nossa cultura bilontra, que resiste, mesmo que minimamente, às constantes tentativas de exclusão, numa cultura que já nasceu com a marca da desigualdade.

Da frente do hotel Tijuco em Diamantina, sentados com o *lap top* pensando em Belo Horizonte, olhamos para o casario colonial em contraposição as pilastras de concreto do hotel, projetadas por Niemeyer. As vigas em forma de V na nossa frente, numa primeira visada superficial não se encaixam na paisagem colonial da cidade histórica. A arquitetura modernista dos anos 40 parece não carregar nenhuma identificação com os telhados, com as janelas, com o antigo casario. Mas, se olharmos um pouco melhor, pode-se compreender o quanto há de barroco, de assimétrico, de semelhante na proposta de uma arquitetura brasileira que embora projetada em épocas distintas, tem muito em comum. Temporalidades distintas. Tecidos com cores diferentes, mas que se unem na colcha de retalhos que é a cidade e que contam sua história. Diamantina aqui também se assemelha à Belo Horizonte. E Belo Horizonte, assemelha-se a outra cidade, muito mais antiga que Diamantina: a Nápoles de

Walter Benjamin. Escrevendo sobre Nápoles, Walter Benjamin a descreve como uma “cidade porosa” onde nada está concluído, onde prédios ainda em construção se colocam lado a lado com ruínas dilapidadas. Essa porosidade da qual fala Benjamin existe em qualquer cidade. É reflexo das leis do tempo e da história, dos problemas sociais, bem como das técnicas ingênuas de sobrevivência urbana. Porosidade é uma metáfora espacial para o tempo na cidade, para uma variedade de dimensões temporais embebidas no espaço físico. Em cidades em transição a porosidade é particularmente visível, transforma toda a cidade como que numa grande exibição de arte experimental, um local de improvisação que irrita os “out-of-town developers”, como diria Svetlana Boym em sua discussão sobre a arqueologia das metrópoles. Paradoxalmente, ambos projetos, sejam dos de modernização radical para o futuro, sejam os de tentativa de reconstrução do passado (restauro de patrimônios) tendem a destruir essa porosidade, criando mais uma visão totalizante de cidade. *“Aqui tudo parece que é ainda construção e já é ruína”*. Ruínas sobrepondo-se lado a lado de construções monumentais. Comunidades inteiras sendo deslocadas para a construção de mais uma linha de asfalto que arrasta consigo e reinventa uma nova paisagem em suas margens.

Três temporalidades distintas se atravessam e parece haver uma repetição ou uma permanência de um mesmo ideal de cidade. Muda-se a prefeitura, o governo do Estado, o arquiteto ou o engenheiro responsável, mas a ideologia parece ser a mesma. O objetivo deste artigo é mostrar em que medida os projetos do engenheiro Aarão Reis de construção de Belo Horizonte, o projeto para a Pampulha de Niemeyer no governo JK e o projeto da Linha Verde do governo de Aécio Neves se apresentam com as mesmas características de busca de racionalidade, de normatização do espaço urbano, com produção de exclusão social. Falemos inicialmente dos projetos, para posteriormente apresentar algumas considerações de ordem teórica.

Durante a última década do século XIX, as atenções dos mineiros voltaram-se, principalmente, para a construção de Belo Horizonte – inaugurada a 12 de dezembro de 1897. A antiga capital Ouro Preto era inadequada para sediar os governantes da República, pois sua história colonial contrastava-se sobremaneira aos ideais de modernidade e renovação dos republicanos. O engenheiro Aarão Reis ficou encarregado do projeto da nova capital e de chefiar a Comissão Construtora da cidade, cujo local já tinha sido escolhido: Curral Del-Rei, onde o Estado era proprietário de algumas terras.

O engenheiro inspirou-se no modelo francês de planejamento urbano e no desenho reticulado da cidade de Washington para conceber a Cidade de Minas, primeiro nome da capital: “uma vitória da linha reta contra o domínio de linhas curvas de Ouro Preto”

(TORRES, 1962, p. 1225). Cerca de 50 anos depois, o prefeito-governador-presidente JK já buscava uma nova centralidade emblemática que subvertesse a ordem e a teima de uma elite jovem belo-horizontina que tendia em querer viver na zona Sul, bolha de reprodução do centro simbólico elitizado. Ao traçar a Avenida Antônio Carlos que levava à “sua” instalação moderna”, efetivada por seu quase parceiro, o então jovem arquiteto Oscar Niemeyer, o político desenhava uma nova paisagem no complexo modernista para a Pampulha. Esta mesma zona Norte, coincidência ou não, retorna à cena nos projetos recentes de intervenção em Belo Horizonte, contrariamente ao relativo fadado esquecimento da Pampulha a do vetor norte da metrópole mineira pós a era JK. Trata-se de um audacioso projeto na aproximação entre Estado e Prefeitura para a consolidação de uma nova centralidade econômica e simbólica, inclusive resgatando o emblema do traço do arquiteto Niemeyer.

Uma refuncionalização imobiliária em curso em Belo Horizonte por conta destes projetos remete ao momento em que iniciaram processos de desapropriações dos terrenos do arraial do Curral Del Rey para dar início a construção da cidade, planejada com três áreas distintas. No centro, uma zona urbana de traçado regular, avenidas monumentais para a época, e delimitada por uma avenida, onde se localizariam os serviços, prédios públicos, bancos, igreja matriz. Nesta área também estariam situadas as moradias dos funcionários públicos, proprietários e comerciantes transferidos de Ouro Preto. Circundando a zona urbana, uma zona suburbana, irregular, abrigaria chácaras e quintas, permitindo a expansão da área central. Por fim, uma zona rural cumpriria a função de abastecer a cidade, graças às colônias agrícolas que seriam ali criadas. Do arraial aniquila-se a paisagem e gera-se já forte exclusão, que Alfredo Camarate, considerado o primeiro cronista de Belo Horizonte, numa crônica de 1894, publicada no jornal Minas Gerais, faz um comentário esclarecedor sobre a já caracterizada expropriação imobiliária na cidade à época de sua construção:

“O Dr. Aarão Reis atravessa, talvez, agora, a fase mais difícil e atribulada da importante comissão que lhe foi confiada pelo Presidente do Estado de Minas: a da desapropriação. Em todos os países, a desapropriação por utilidade pública nunca, ou quase nunca, fornece aos proprietários ensejo para fazerem bom negócio. Em Belo Horizonte há, porém, fatos especiais que ainda tornam mais dura essa expropriação, se bem que perfeitamente justa e legal. As propriedades aqui tinham um valor insignificantíssimo e aparentemente mais insignificante ainda; porque a décima predial era, em geral, calculada por valor muito inferior ao seu produto locativo; fato aliás muito vulgar em todos os Estados do Brasil e mesmo em Espanha, Portugal, Itália, e poderia dizer mesmo, sem grande injustiça, em todos os países do mundo. Os que valorizaram as suas propriedades por menos, com o fim de fraudar o fisco, com a mais absoluta inocência, com a maior serenidade de consciência, porque é corrente, entre o povo, que roubar a nação não é pecado, vêem-se agora colhidas nas mangas da própria rede de apertaram, o que é a mais desastrosa e desoladora decepção; porque, cavando a ruína pelas suas próprias

mãos, sem sequer podem ter e alívio de queixas, motivadas em males que na sejam os da sua própria lava! Havia, além disso, prédios sem nenhum valor locativo e que se alugavam gratuitamente, só para que os inquilinos os mantivessem num estado de uma tal ou qual conservação; havia culturas tentadas, aos acasos da fortuna, em terrenos do Estado, e todos estes posseiros e proprietários mais ou menos contestáveis e contestados de Belo Horizonte olharam apenas para o futuro, que lhes prometia a instalação de uma grande capital nestes terrenos, e mesmo o pouco que olharam para os sorrisos do futuro fez-lhes esquecer que o valor das suas propriedades ia ser considerado a valer e que os seus supostos direitos teriam que ceder, diante da lei, que até hoje não tinha vindo ter com eles; mas que lhes apareceu, como espectro sinistro, logo que se tornou necessária a sua aparição! Uns que se tinham por espertos, foram ultimamente pagar o imposto proporcional a um exagerado valor locativo; outros agarram-se aos melhoramentos e benefícios que fizeram nas suas propriedades; outros, finalmente, alegam exceções que realmente se não fizeram; mas todos se esquecem que estão sob a alçada da lei e de uma lei que não foi arquitetada expressamente e de momento, para o caso que agora os desnorteia! O Dr. Aarão Reis, que, como chefe da comissão construtora, é apenas o executor dessa lei, tem procedido até agora com toda a prudência e justiça; mas o mal que se faz a outrem, embora seja feito com a mais escrupulosa legalidade, sempre é ato que molesta e aflige” (CAMARATE, 1985: pp. 89-90).

Inaugurada há quase cento e dez anos, ainda em obras, a Cidade de Minas passaria por muitas mudanças, mas que paradoxalmente, parecem reiterar o mesmo projeto de cidade da fundação. A cidade muda de nome em 1901 e, no início do século passado, o governo estadual ao promover e incentivar políticas de migração, estrangeiros, sobretudo italianos e espanhóis, empregaram-se como operários e junto com mestiços e ex-escravos, logo ocuparam áreas urbanas e suburbanas, criando favelas. Outros imigrantes buscaram as colônias agrícolas, bem como judeus e árabes dedicaram-se ao comércio. Também os antigos moradores do arraial instalavam-se de forma desordenada, descaracterizando o plano original. Observavam-se já as resistências e apropriações. Logo nos primeiros anos de vida, a cidade ganhou apelidos como Poeirópolis e Tediópolis, pois não atendia aos anseios de vida metropolitana e cidade capital, conforme narrativas da época sobre os centros europeus de inspiração e mimese. Na década de vinte, uma grave crise refletiu as dificuldades do período de guerra, provocando desemprego e estagnação. Como o processo de ocupação desordenada continuava, para preservar a cidade idealizada pelos construtores, o poder público construiu vilas operárias na zona suburbana que, com o tempo, ganhariam infra-estrutura. A grande intervenção posterior a construção da cidade sobre os escombros do arraial veio nos anos 30 e 40. Belo Horizonte passou a representar um novo papel no cenário estadual. Deixara de ser somente a cidade dos funcionários públicos para tornar-se o centro da vida industrial e comercial mineira. Para isso, muito contribuiu a criação da Cidade Industrial, em 1941. Ao mesmo tempo, seu centro passava por um imenso processo de remodelação, com a demolição de construções e a construção de arranha-céus.

Porém, o grande projeto de modernidade realizado na década de 1940 foi o Complexo Arquitetônico da Pampulha, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer na administração de Juscelino Kubitschek, o “prefeito furacão”. A barragem da Pampulha foi construída e ganhou belos exemplares da arquitetura moderna: a Igreja de São Francisco de Assis, o Cassino – hoje Museu de Arte -, a Casa do Baile e o Iate Tênis Clube. O projeto contava com a contribuição de vários artistas: Burle Max, paisagista; Portinari, pintor; Ceschiatti, Zamoiski e José Pedrosa, escultores. A idéia de modernidade reinventa-se com JK. Tanto o político, como a jovem capital mineira apresentam-se como origem, ponto de partida da modernidade, primeiro em Minas e depois no Brasil. Belo Horizonte, como foi explicitado, fornece legitimidade ao projeto político republicano em Minas Gerais, já que fora resultado de um projeto positivista de ampliação e higienização do espaço urbano. Sobre as ruínas do velho arraial do Curral Del-Rei nascia o novo, planejado modelo de cidade que Aarão Reis tomou de empréstimo dos franceses de maneira eclética (FOURIER, SAINT-SIMON, JEAN REYNAUD apud SALGUEIRO, 2001). Como afirma Heliana Angotti Salgueiro,

“Aarão também não se afasta das idéias das Luzes, associa-os às propostas urbanas funcionalistas contemporâneas; é a razão pela qual Belo Horizonte materializa representações aparentemente contraditórias, revelando-se, assim, uma cidade à imagem do século XIX inteiro” (SALGUEIRO, 2001: 167).

A autora salienta que tal imagem revela-se paradoxal, pois é construída na dialética entre arte e ciência, belo e útil, antigo e novo. É importante relativizar a idéia de que o projeto de construção, bem como os outros projetos de intervenção posterior são inspirados em modelos vindos de fora. No caso de Belo Horizonte, nota-se claramente que os engenheiros e arquitetos, num diálogo entre os textos e suas próprias experiências históricas e culturais, apropriam-se das representações vindas de fora, mas sempre introduzindo a diferença, como sugere SALGUEIRO (2001: 168). Uma nova apropriação de textos outros com instauração do novo ocorre em Belo Horizonte, nos anos 40, onde a cidade aparece novamente como ponto de partida para a modernidade em Minas e no Brasil, sob a prefeitura de JK:

“A administração do prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek de Oliveira (1940/1945), caracteriza-se por intenso dinamismo, abrindo frentes de trabalho, para dotar a cidade de equipamentos culturais, de saúde, lazer e recreação, complementar o sistema viário e abrir novas vias destinadas à expansão urbana e à articulação da malha viária paralisadas em pontos nevrálgicos. O período é caracterizado por intensa transformação no ambiente urbano da capital. A realização máxima da administração Kubitschek, no entanto, é a urbanização da cidade satélite da Pampulha (...). Niemeyer, com a colaboração de Joaquim Cardoso, cria o admirável conjunto arquitetônico, explorando ao máximo o potencial plástico do concreto armado; Burle Marx, com Mello Barreto, busca o

conhecimento da interrelação das espécies botânicas no meio biótico, para fazer seus antológicos jardins” (LANA, 1998: 91-92).

Projeto arrojado, mas é preciso lembrar que a escolha dos arquitetos modernos para as obras da Pampulha não é sem custo. A Igreja Católica, parceira do governo de Minas na República Velha e no pós-30, recusa o templo construído por Niemeyer: “*O complexo da Pampulha fazia parte de uma grande obra de especulação imobiliária. Era um projeto ambicioso que compreendia uma igreja, um cassino, um iate clube, um enorme salão de baile e um restaurante*” (FLEMMING, 1996, p. 50). Belo Horizonte guardava o sono da razão: linhas retas, grandes vias, comunicação, abertura para valores cosmopolitas. A cidade, assim como Brasília viria a ser, é planejada para expressar valores de um ideal burguês com a criação de um código racional de administração, capaz de ligar os cidadãos através de princípios universais, ou seja, por uma igualdade jurídica. Conforme afirma Lucia Lippi Oliveira,

“se Belo Horizonte nasceu com a missão de integrar as diferentes regiões de Minas, Brasília deveria fazer o mesmo no país. O projeto de mudança da capital mineira fora um projeto dos republicanos, assim como colocar a mudança da capital federal como proposta na Constituição de 1891” (OLIVEIRA, 2002: 39).

Os anos JK, seja este como prefeito de Belo Horizonte, ou como presidente da República, foram marcados pela idéia da incorporação do que era novo e moderno: o desenvolvimento, as estradas, as hidroelétricas, a arquitetura moderna e a música (bossa nova). Nesse mundo (projeto desenvolvimentista) onde tudo parecia ser novo surge a mesma questão que permeia a própria construção de Belo Horizonte e o projeto de intervenção dos anos 40 com a Pampulha: como integrar as camadas populares e fazer o povo participar dos novos tempos onde aparentemente só verifica-se exclusão? Essa mesma pergunta pode ser feita para os novos projetos de intervenção urbana, sobretudo o projeto do atual governo de Minas de Aécio Neves, onde a Linha Verde irá trazer benefícios para aqueles que precisam de uma via rápida de acesso ao aeroporto internacional, mas por outro lado subverteu a geografia imobiliária e social marcada por desapropriações polêmicas e grandes obras que interrompem ou fadaram ao esquecimento tecidos urbanos que ficaram submersos pelas vias elevadas.

Na virada do século XX para o XXI, um novo projeto se esboça, pouco a pouco. Outra Linha e Belo Horizonte inverte seus centros simbólicos e de poder. Outro projeto, outra “arquitetura da modernidade” liquefazendo lugares, invertendo centros de poder, excluindo e possibilitando resistências e enfrentamentos. Outro *boulevard* anacrônico. Reescrita da Nova

Capital do século XIX, construída para a República, para a moderna Minas Gerais. Reescrita da modernidade tardia dos anos 40, da Pampulha de Niemeyer. Reescrita de linhas transgressoras que renovam o compromisso político com a modernidade, cada vez mais líquida. Uma linha verde que inverte centralidades, que desloca o olhar para outros espaços:

“O projeto Linha Verde, lançado em 24 de maio de 2005, é o maior conjunto de obras viárias em Belo Horizonte e região metropolitana nas últimas décadas. O empreendimento inclui intervenções nas avenidas Andradas e Cristiano Machado e na Rodovia MG-010. Uma via de trânsito rápido, com 35,4 km de extensão, irá ligar o centro de BH ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves. As obras serão realizadas em três fases: a cobertura do Ribeirão Arrudas, entre alameda Ezequiel Dias e rua Rio de Janeiro, numa extensão de 1,4 km; a intervenção na avenida Cristiano Machado, entre o túnel Tancredo Neves e o término da rodovia MG-010, numa extensão de 12 km; e a duplicação e restauração da pista da rodovia MG-010 entre o viaduto sobre a avenida Pedro I (Belo Horizonte) e o acesso ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em extensão de 22 km”. (www.linhaverde.mg.gov.br).

O projeto Linha Verde, que tem alterado as dinâmicas espaciais e da vida social em Belo Horizonte, guarda em si o anúncio de transformações emblemáticas entre o plano e a política nesta virada de século. Mais uma vez, o governante, o arquiteto e uma “nova” cidade. Os resultados já são visíveis na forte alteração da centralidade principal que parece migrar para o vetor norte da metrópole mineira, na direção do aeroporto internacional Tancredo Neves, no município de Confins. As lógicas são econômicas: consolidar Belo Horizonte como o maior pólo aerorodoviário do Brasil, mas também políticas como uma espécie de imagem no espelho do governo Aécio Neves, como as análises finais a seguir pontuam.

3. Cidades como Espelhos da Ação Política

A análise buscou elos analíticos entre espaço urbano e história política para evidenciar as rupturas e permanências e, sobretudo, a idéia de reprodutibilidade urbana como mito e imagem política. Fins de século e meio de século são recursos analíticos e categorias que oferecem pistas e fundamentos para se refletir sobre a metrópole moderna e contemporânea. Corremos o risco do anacronismo, mas o que propomos é uma possibilidade de investigação que busque os sentidos da ação e, sobretudo, seus efeitos e rebatimentos sobre o espaço e a vida social.

Evidentemente, apesar de estarmos analisando processos em constituição, é preciso situar o campo das resistências, no que Paola Berenstein Jacques tem chamado de *urbanismo do jeitinho*: “*se existe de fato um urbanismo do jeitinho, este só poderia ser um forma popular*

de construir cidades com uma cultura mista: um verdadeiro urbanismo de sobrevivência” (JACQUES, 2006: 197). Acreditamos nesta dialética entre estratégia e tática, ou entre hegemonia e resistência no caso de Belo Horizonte. No entanto, nossa análise busca desvelar a repetição seriada dos “novos velhos modelos” urbanos, sofisticada e retoricamente travestidos por um “novo novíssimo” (RIBEIRO, 2000) em que ações e interesses devem ser colocados em evidência.

Em Belo Horizonte, desde o final do século XIX desejava-se constituir uma nova espacialidade da modernidade, o que foi incompleta, em termos da suas linguagens arquiteturais, rumo “corrigido” pela gestão JK na metade do século XX. Curiosamente, mais um fim de século e uma nova cidade gesta-se na possível, e não menos controversa, transferência da sede do poder mineiro da Praça da Liberdade na Savassi para o vetor norte da metrópole com projeto de Oscar Niemeyer.

Em todos estes projetos, intenções, interesses e hegemonias parecem vigorar às expensas dos transtornos e fortes processos de segregação associados. Em consequência muda-se a dimensão da materialidade urbana numa cidade, que apesar de jovem, é carente de espaços de convívio, encontro e socialização e onde a produção social do esquecimento contrasta com a rica e importante história de sua trajetória urbana, estadual e nacional.

Belo Horizonte, assim lida, parece remeter novamente ao anjo da história de Benjamin e, entre ruínas e novas construções, a população resiste a sua maneira, em suas micro-esferas da vida cotidiana, construindo também novas formas de viver e experienciar a cidade.

4. Referências Bibliográficas

ARANTES, Otília Fiori. 2000. **Uma Estratégia Fatal: a cultura nas novas gestões urbanas**. In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos. Petrópolis: Vozes, pp. 11-74.

AZEVEDO, Ricardo Marques de. 1995. **Metrópole: Abstração**. São Paulo: Perspectiva.

BENJAMIN, Walter. 1986. Naples. In: **Reflections**. New York: Schocken Books, p. 166-67.

_____. 1985. *Sobre o conceito de História*. In: **Magia e técnica, arte e política**. Obras Escolhidas. vol.1. São Paulo: Brasiliense. pp.222-234.

BERMAN, Marshall. 1987. **Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras.

COMPANS, Rose. 2004. **Empreendedorismo Urbano: entre o discurso e a prática**. São Paulo: UNSP/ ANPUR.

BOMENY, Helena. 1991. Utopias de cidade: as capitais do modernismo, In: **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: FGV.

BOYM, Svetlana. 2001. **The Future of Nostalgia**. New York: Basic Books.

CAMARATE, Alfredo. "Por Montes e Vales". 1894. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Vol. XXXVI, 1985.

FLEMMING, Laurence. 1996. **Roberto Burle Marx, um retrato**. Rio de Janeiro, Index, p. 50.

FONTENELLE, Isleide Arruda. 2002. **O Nome da Marca: Mcdonald`s, Fetichismo e Cultura Descartável**. São Paulo: FAPESP/ Boitempo.

GIDDENS, Anthony. 1991. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp.

HARVEY, David. 1989. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural**. São Paulo: Loyola, pp. 257-276.

JACQUES, Paola Beresntein. 2006. Learning from Favelas. In: NUNES, Brasilmar Ferreira. **Sociologia de capitais brasileiras: participação e planejamento urbano**. Brasília: Líber Livro, pp. 179-198.

LANA, Ricardo. 1998. Arquitetos do jardim: Roberto Burle Marx e Henrique Lahmeyer de Mello Barreto. In: SOUZA, Eneida Maria de. (org.). **Modernidades tardias**. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

MARX, Karl. 1978. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelman**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MOREIRA, Clarissa da Costa. 2004. **A Cidade Contemporânea entre a *tabula rasa* e a preservação, cenários para o porto do Rio de Janeiro**. São Paulo: UNSP/ ANPUR.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. 2002. Tempos JK: a construção do futuro e a preservação do passado. In: MIRANDA, Wander Melo. (org.). **Anos JK: margens da modernidade**. São Paulo: Imprensa Oficial; Rio de Janeiro: Casa de Lucio Costa, p. 31-44.

PEREIRA, Valnei. 2006. Planejamento Urbano em Belo Horizonte: modernizações espaciais e a produção de imagens urbanas emblemáticas. In: SILVA, Catia Antonia da; FREIRE, Désirée Guichard; OLIVEIRA, Floriano José Godinho de (orgs.). **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A Editora. ISBN: 85-7490-300-2. pp. 205-219.

RESTANY, Pierre. 1979. **Os Novos Realistas**. São Paulo: Perspectiva.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. 2000. *A Cidade do Rio de Janeiro: lembrando “A Jangada de Pedra”, de Saramago*. In: Rosélia Piquet (org.). **Rio de Janeiro: Perfis de uma Metrópole em Mutação**. Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ, pp. 11-52.

SALGUEIRO, Heliana Angotti Salgueiro (org.) 2001. **Cidades capitais do século XIX**. São Paulo: Edusp.

SWYNGEDOUW, Erik; MOULAERT, Frank; RODRIGUEZ, Arantxa. 2002. *Neoliberal Urbanization in Europe: Large-Scale Urban Development Projects and the New Urban Policy*. In: Oxford: **Antipode**. pp. 547-582.

VAZ, Lílian Fessler. 2001. *Reflexões sobre o uso da Cultura nos Processos de Revitalização Urbana*. In: **Anais do IX Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR)**. Rio de Janeiro, pp. 651-664.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.